

**Parecer nº 183/99**

Data: 1999.11.03

Processo nº 708

**Requerente:** Diana Kreuer.

**I - O pedido**

Diana Kreuer, identificada no processo, de nacionalidade alemã e residente em Kerpen, Alemanha, requereu à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer favorável para acesso aos relatórios clínico e de autópsia de seu pai, Jakob Kreuer.

A fundamentar o pedido, a requerente alega que pretende conhecer tais dados clínicos porque, sendo-lhe muito difícil perceber o que aconteceu a seu pai durante a viagem que ele fez sozinho a Portugal, essas informações detalhadas muito a ajudariam certamente a compreender e aceitar a causa da sua morte.

Declara não ter informação acerca de qualquer doença pulmonar de seu pai, anterior a essa viagem, e acrescenta que ele foi transportado de helicóptero de Faro para Lisboa na noite de 17 para 18 de Julho de 1999 e aqui faleceu nesse dia 18, no Hospital de Santa Maria.

**II - Os factos**

Consideram-se provados os alegados parentesco e falecimento, através das fotocópias do bilhete de identidade e cédula de nascimento da requerente, e da certidão do assento de óbito do referido Jakob Kreuer, que se juntaram ao processo.

Também se considera assente o facto, alegada pela requerente, de que necessita de aceder aos mencionado relatórios clínico e de autópsia para saber qual a causa da morte de seu pai, por desconhecer o que lhe aconteceu durante a sua estadia em Portugal.

### **III - O Direito**

A Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho, permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos que contenham informações clínicas desde que satisfaçam as seguintes condições:

- Demonstrem interesse directo, pessoal e legítimo (artigo 8º, nº 2);
- A invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA artigo 15º, nº 2 e artigo 20º, nº 1, alínea c) ;

É doutrina da CADA que o interesse directo, pessoal e legítimo existe em certas situações em que um familiar próximo da pessoa falecida, a quem se referem os dados a aceder, necessite de conhecer, com a maior certeza possível, a causa da sua morte. Além disso, os dados constantes do processo indiciam que a requerente pretende conhecer a causa da morte por ter dúvidas sobre as circunstâncias em que ela ocorreu.

O interesse invocado permite, assim, fundamentar o reconhecimento do direito da requerente no acesso aos mencionados dados pessoais.

### **IV - Parecer**

Nestes termos, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, emitir parecer favorável ao acesso directo de Diana Kreuer aos relatórios clínico e de autópsia de seu pai Jakob Kreuer, constante de documentos arquivados no Hospital de Santa Maria, desde que a este

estabelecimento hospitalar não haja chegado notícia de os mesmos estarem inseridos como meio de prova em processo que se encontre em segredo de justiça.

Por se tratar de acesso por parte de terceiro não pode exigir-se intermediação médica, conforme a actual redacção dada ao artigo 8º da LADA pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

Conforme dispõe o artigo 10º, nº 3, da LADA, na redacção da Lei nº 8/95, de 29 de Março, *os dados pessoais comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais.*

Envie-se cópia do presente parecer à requerente e ao Hospital de Santa Maria.

Aprovado na sessão da CADA de 3 de Novembro de 1999.

*Castro Martins (Presidente) – José Magalhães – Vasco Almeida – João Figueiredo – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra*